

A imprensa na *belle époque* e a construção de um lugar de enunciação¹

Aline da Silva NOVAES²

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

Resumo

Este artigo volta-se para a imprensa do Rio de Janeiro no início do século XX, época em que o jornalismo buscava sua própria linguagem. A partir de um estudo de textos publicados na *Gazeta de Notícias*, é possível perceber a crônica contaminada pela reportagem e o escritor travestido de repórter. O pseudônimo João do Rio – usado por Paulo Barreto para assinar grande parte de sua obra – revela sua forte ligação com a cidade, que foi narrada em seus múltiplos aspectos, com todas as tensões e contradições presentes na *belle époque* carioca. Ao denunciar os impasses de uma modernização excludente, o escritor-jornalista revela a consciência dos critérios de noticiabilidade e se coloca como um homem de imprensa. Por esta perspectiva, busca-se, então, compreender o discurso jornalístico de Paulo Barreto sobre os excluídos e as mazelas da sociedade da época.

Palavras-chave

jornalismo; linguagem jornalística; jornalismo e literatura; *belle époque*; João do Rio.

A *belle époque* carioca

No livro intitulado *A cidade das letras*, Rama afirma que as urbes latino-americanas, desde a remodelação de Tenochtitlan, que ocorreu no século XVI, foram pensadas pela inteligência e a partir da ordem. Afastando-se da cidade orgânica medieval, o que se tem no espaço urbano é um novo ordenamento e novas formas de vivenciá-la e experienciá-la.

Tiveram que se adaptar dura e gradualmente a um projeto que, como tal, não escondia sua consciência racionalizadora, não lhe sendo suficiente organizar os homens dentro de uma repetida paisagem urbana, pois também requeria que fossem moldados com destino a um futuro, do mesmo modo sonhado de forma planejada, em obediência às exigências colonizadoras, administrativas, militares, comerciais, religiosas, que se iriam impondo com crescente rigidez. (RAMA, 1985, p. 23)

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

² Pós-doutoranda da PUC-Rio/Bolsista do CNPq, email: alinenovaes@gmail.com

As palavras do pensador uruguaio servem de inspiração para a compreensão do início do século XX, uma época marcada por grandes mudanças. As cidades passavam a contar com um novo modelo que considerava também avanços técnico-científicos e, por consequência, novos hábitos e formas de sociabilidade foram criados e até mesmo impostos. A população é apresentada a novidades como o bonde elétrico, os cafés, o automóvel, o saneamento e, além de outras coisas, o cinema. No Brasil, essas transformações foram mais evidentes na cidade do Rio de Janeiro, apenas uma de tantas cidades do mundo que passou pelo processo de modernização.

Entre 1903 e 1906, a então capital federal passou por um processo de reforma urbana, que fora anunciado no discurso de posse do presidente da República Rodrigues Alves. Para o presidente, era necessário melhorar a estrutura, a economia e, por consequência, a imagem da cidade. A iniciativa deu origem a dois projetos. Um deles era de responsabilidade do governo federal e tinha como peças fundamentais o ministro Lauro Müller e o engenheiro Francisco Bicalho. O outro, por sua vez, foi tocado pela Prefeitura do Rio de Janeiro e à frente estava o então prefeito Francisco Pereira Passos. A bem da verdade, a obra mais importante era a ampliação da zona portuária, ícone do progresso material brasileiro, já que a cidade era a grande consumidora de produtos importados. Além disso, era pertinente uma estrutura urbana que facilitasse a distribuição das mercadorias que chegavam.

A mudança do espaço deu-se sem respeitar os signos da cidade antiga, a revigoração da região portuária foi pautada numa concepção racional e geométrica. Para construir um melhor sistema de distribuição de mercadoria, foi necessária a abertura da Avenida do Cais, Avenida do Manguê e da Avenida Central, atuais Rodrigues Alves, Francisco Bicalho e Rio Branco, respectivamente. Vale observar que, mesmo facilitando os acessos aos sentidos sul e centro da cidade, a fama da Avenida Central deu-se, sobretudo, por ser sinônimo de progresso para a população:

Além de apresentar toda uma infraestrutura técnica das mais desenvolvidas para os padrões brasileiros da época, com cabos de luz, fios de telefone e tubos de gás subterrâneos, além de tecnologias modernas de calçamento viário, a Avenida Central apresentou toda uma significação do progresso material como propiciador da civilização, como era típico entre as elites republicanas. Primeiramente, por ser uma perspectiva que se iniciava como derivação do porto. A Avenida Central originava-se junto a este, que era a representação máxima do progresso material brasileiro. (AZEVEDO, 2003, p. 41)

A construção do Teatro Municipal aumentou ainda mais o *glamour* que existia no final da Avenida Central. Era nesse trecho que se situava um significativo número de instituições culturais como o Teatro Lyrico, a Escola de Belas Artes e o Palácio Monroe. Esses ícones da cultura colaboravam ainda mais para que o centro da cidade fosse sinônimo de civilização do país.

Essas mudanças tinham a função de adequar o Rio de Janeiro a uma nova organização do próprio espaço. Acreditando nas benesses dessa urbanização e modernização, a população esquece o Rio antigo e aposta na continuação das obras, tendo, como mencionado anteriormente, Rodrigues Alves e Pereira Passos como grandes nomes do progresso.

A cidade naquele momento apresentava características coloniais e era necessário “criar uma nova capital, um espaço que simbolizasse concretamente a importância do país como principal produtor de café do mundo, que expressasse os valores e os *modi vivendi* cosmopolitas e modernos das elites econômica e política nacionais” (ABREU, 2006, p. 60). Ainda que fosse necessário retirar tudo e todos que pudessem representar o atraso nacional, Passos desejava camuflar o aspecto colonial da cidade:

Era preciso, pois, findar com a imagem da cidade insalubre e insegura, com uma enorme população de gente rude plantada bem no seu âmago, vivendo no maior desconforto, imundície e promiscuidade, pronta para armar em barricadas as vielas estreitas do Centro ao som do primeiro grito de motim. (SEVCENKO, 1983. p. 41)

O que existiu então foi uma reforma excludente que beneficiou apenas uma parcela dos que viviam naquele momento, isto é, um aburguesamento em detrimento das camadas populares. A população de baixa renda ficou fadada a viver sem as benesses oferecidas pelas renovações urbanas. Sem nenhum compromisso e respeito com esses cariocas, o Rio de Janeiro foi sendo urbanizado nos moldes europeus, mais especificamente, parisienses. No lugar da antiga colônia, começou a levantar uma cidade que se fez moderna apenas para alguns.

Foram, então, adotadas medidas como “saneamento urbano, desenvolvimento comercial, ampliação da arrecadação fiscal e captação de mão-de-obra estrangeira” (ABREU, 2006, p. 43). O aparecimento do automóvel, o bonde elétrico, o surgimento do cinema, as novas vestimentas indicavam o início de um momento novo e elitista. Tais coisas aumentavam gradativamente a importância da cidade no contexto internacional.

Essas mudanças do início do século XX que transformavam o Rio de Janeiro em uma *belle époque* tropical (NEEDELL, 1993) eram narradas por um grande número de autores que viveu essa época, como aponta Neves: “Os textos que, retirados de alguns autores da época, servem de comentários aos objetos e imagens mostram, por sua vez, como os contemporâneos viveram e tematizaram aquele tempo” (NEVES, 1991, p. 54).

O hibridismo entre jornalismo e literatura na busca por um espaço de enunciação

(...) se por um lado o jornalismo relativiza e subordina a autoridade do sujeito literário, por outro, o *limite* é uma condição de possibilidade do ‘interior’, marcando a distância entre o campo ‘próprio’ do sujeito literário e as funções discursivas *outras*, ligadas ao jornalismo e à emergente indústria cultural urbana.

Julio Ramos

São as letras certamente um dos principais instrumentos que possibilita o resgate do passado. É, sobretudo, por meio dos escritos que se consegue visitar os séculos anteriores, conhecer a História e também as cidades. A comunidade letrada esteve presente durante séculos e deixou os relatos dos momentos que vivera como herança para seus sucessores. Sobre esse grupo, ressalta Rama:

No centro de toda a cidade, conforme diversos graus que alcançavam sua plenitude nas capitais vice-reinais, houve uma cidade letrada que compunha o anel protetor do poder e o executor de suas ordens: uma plêiade de religiosos, administradores, educadores, profissionais, escritores e múltiplos servidores intelectuais. (RAMA, 1985, p. 43)

Esses homens das letras são eternos acompanhantes de quem deseja visitar e revisitar as cidades. Concentrando-se sempre no centro da urbe, estavam atentos para os grandes fatos, para as angústias, as problemáticas, os benefícios e, finalmente, para a realidade dos cidadãos. Não podendo ser diferente, literatos e jornalistas sempre tiveram grande relevância nessa função.

No que se refere à arte literária, do final do século XIX ao início do XX, tem-se um período de difícil definição devido ao hibridismo nas produções. Denominações como pré-modernismo, *art-nouveau* e *belle époque* tentavam dar conta das diversas tendências, enquanto nos movimentos aparecem o naturalismo, o simbolismo e o parnasianismo. A

cidade do Rio de Janeiro já se revelava um lugar fértil para os escritores, Machado de Assis acabara de fundar a Academia Brasileira de Letras, em 1896.

Os escritores são, então, convidados aos cafés, aos salões literários e às ruas e, dessa nova perspectiva, narram o comportamento do cidadão e a vivência urbana. É da Confeitaria Colombo, da Livraria Guarnier, do salão da Laurinda Santos Lobo em Santa Teresa e do de Coelho Neto, dos clubes na rua do Passeio e da própria rua do Ouvidor e da Avenida Central que os homens das letras, estimulados pela modernização de Pereira Passos, vão movimentar o fazer literário. Vale dizer que marca este momento o grande número de produções presente nos periódicos da época.

Em estudo sobre a história cultural da imprensa, Marialva Barbosa (2007) destaca que os jornais daquele período apresentavam relações com as novas tecnologias e tornavam visível a existência dos artefatos modernos no cotidiano dos urbanos. Cabe, então, para a presente discussão, verificar a construção de um novo lugar de enunciação a partir da convivência do fazer literário e jornalístico.

Nelson Werneck Sodré (1966), em *A história da imprensa no Brasil*, traça o perfil da imprensa do final do século XIX pelas palavras de Max Leclerc, correspondente de um jornal parisiense:

A imprensa no Brasil é um reflexo fiel do estado social nascido do governo paterno e oligárquico de D. Pedro II: por um lado, alguns grandes jornais muito prósperos, providos de uma organização material poderosa e aperfeiçoada, vivendo principalmente de publicidade, organizados em suma e antes de tudo como uma empresa comercial e visando mais penetrar em todos os meios e estender o círculo de seus leitores para ampliar o valor de sua publicidade do que empregar sua influência na orientação da opinião pública. (LECLERC *apud* SODRÉ, 1966, p. 288)

Nesses jornais, era possível observar uma grande quantidade de anúncios, até mesmo na primeira página. Dessa forma, o espaço que restava para informar era curto. Além disso, era preenchido com fatos de pouca relevância, pois naquele momento “ao jornalista como ao povo, como ao ex-imperador, falta uma concepção nítida do valor relativo dos homens e das coisas; carecem eles de um critério, de um método” (SODRÉ, 1966, p. 288). É sabido que a imprensa não deve tendenciar a opinião pública sobre uma ocorrência, mas o que se questiona sobre o fazer jornalístico da época é a escolha da notícia, é a ativação da alma do repórter ao se deparar com um fato. Se a função é reportar fatos, causa indignação não dar merecida visibilidade à exclusão causada pela modernização que beneficiou apenas a elite carioca.

Paralelo a esse grupo, existiam também os jornais de partido que eram lidos quando o político apoiado estava em evidência de alguma forma. Segundo Sodré, estes não eram bons negócios e se mantinham devido aos auxílios das próprias organizações políticas.

O olhar recai sobre o *Jornal do Comércio* e a *Gazeta de Notícias*, os dois maiores jornais brasileiros da época. Sodré relata que o primeiro é uma espécie de *Times*, mas sem virilidade. Em contrapartida, a *Gazeta de Notícias*, por ter como redator-chefe o Dr. Ferreira de Araújo, apresentava-se com mais força. De acordo com o autor, o Dr. Araújo fazia parte da elite brasileira, um jornalista que trazia como características a inteligência, o temperamento, o caráter; além dos textos precisos, sóbrios e elegantes, fora um homem muito culto. No Rio de Janeiro, *O País* e *O Diário de Notícias* se aproximavam dos grandes, e *O Jornal do Brasil* chegava para entrar nesse grupo.

A definição dos jornais como uma estrutura empresarial aconteceu devido às inovações técnicas na imprensa. Em 1895, aparece o primeiro prelo que possibilitou a impressão de cinco mil exemplares por hora. Neste ano, também surgem os primeiros clichês obtidos por zincografia. O jornal ia para as prensas; após tirar a matriz, colocava-a no molde. O chumbo quente era, então, despejado e assim se formava o bloco de cada página. A folha era colocada em máquinas que imprimiam, cortavam e dobravam todos os exemplares que saíam aos montes. No entanto, a distribuição ainda permanecia feita em carroças.

Na virada do século, paralela à ascensão da burguesia, às relações capitalistas e às transformações do país, a imprensa assume o caráter industrial, ganha notoriedade, é agora uma empresa com estrutura comercial. Esses avanços fazem com que a relação entre imprensa e sociedade seja alterada; a empresa jornalística se coloca diferente para com os anunciantes, políticos e até leitores. Assim, o jornal demarca o seu lugar, a sua posição e estratifica as funções dentro do seu setor. Aos pequenos jornais restam então os pequenos municípios, fato que é perceptível até os dias de hoje.

Dentro dessa conjuntura, é importante destacar o momento que o jornalismo ainda procurava sua linguagem específica. Em busca de uma peculiaridade, a imprensa durante algum tempo confundiu-se com a literatura. Fato este que, segundo Werneck, “trouxe uma fase de repouso, de empobrecimento, de esterilidade em nossas letras” (Ibidem: 330).

Não se trata de diminuir a relevância dos estudos do pesquisador que investiga a história da imprensa pelo referencial marxista. Pelo contrário, este trabalho compartilha e se utiliza das concepções do autor. No entanto, referente ao “empobrecimento” e à “esterilidade” das letras – como considerou Werneck – torna-se necessário reivindicar a

validez dessas micronarrativas como constituintes de sentido para a arena problemática da época. E é nesse contexto que se apresenta o objeto de análise deste artigo: a coluna *Cinematographo*, de Paulo Barreto (João do Rio), publicada na *Gazeta de Notícias* de 13 de agosto de 1907 a 19 de dezembro de 1910. Nos textos que compõem a coluna, percebemos uma crônica que se quer reportagem, um escritor travestido de repórter que deseja narrar as tensões e contradições de um processo de modernização desigual.

No início do século XX, os jornais abrem definitivamente as portas para os letrados. Verifica-se uma imprensa que serve à literatura e uma literatura que serve à imprensa. Um significativo número de folhetins e seções literárias preenche as páginas dos jornais e escritores como José Veríssimo, Ramalho Ortigão, Figueiredo Pimentel, Olavo Bilac, Artur Azevedo e João do Rio são cotados pelos veículos.

Werneck (1966) relata que era nos jornais que os homens das letras procuravam prestígio e recompensa financeira. No período, o *Jornal do Comércio*, por exemplo, pagava entre 30 e 60 mil réis; o *Correio da Manhã*, 50. Escritores tinham salários mensais pelas crônicas que faziam para os periódicos. O autor ainda relembra que a relação imprensa e literatura era tão discutida que Paulo Barreto em *O Momento Literário* questiona: “O jornalismo, especialmente no Brasil, é um fator bom ou mau para a arte literária?”. Felix Pacheco comenta: “Toda a melhor literatura brasileira dos últimos trinta e cinco anos fez escala pela imprensa”.

As relações capitalistas causam transformações na imprensa. O folhetim é substituído pelo colunismo e posteriormente pela reportagem, o artigo político perde espaço para a entrevista, alguns temas – outrora pouco relevantes – são destacados. A imprensa passa a exigir que os profissionais estejam prontos para escrever objetivamente, substituindo textos que traziam assuntos de interesse particular por reportagens. Em contrapartida, surge um significativo número de revistas que acaba por acolher os literatos. Tal fato faz com que o jornal se caracterize cada vez mais como imprensa, e o que já se pode ver é a segregação das atividades jornalísticas e literárias.

Em *Poder no Jornalismo*, Mayra Rodrigues Gomes discute sobre a notícia na imprensa. De acordo com a autora, “há algo na natureza do fato (e do fato jornalístico em especial) que já é, desde sempre, relato.” (GOMES, 2003, p. 9). É inegável que a modernização da cidade do Rio de Janeiro era um fato que precisava ser relatado, pois interferiu no discurso que se referia à cidade e, assim, alcançou a visibilidade e a condição de ser notícia. (Ibidem, p. 10). Os escritores e jornalistas reportavam notícias sobre a

modernização do Rio de Janeiro para as pessoas que viviam naquela época ao registrar as mudanças nas páginas de alguns jornais.

Sabe-se que a mídia revela os acontecimentos do mundo ao torná-los visíveis. Dessa forma, condiciona a sociedade para viver em um determinado momento. Pode-se dizer que a maior parte dos escritos desse marco temporal celebra a chegada da *belle époque* tropical e, sobretudo, disciplina a sociedade para viver na cidade que se queria moderna. Ao tomar como base que “trazer à visibilidade é (...) simplesmente mostrar o mundo do ponto em que ele deve ser visto e esse ponto, por si mesmo, já é disciplinar: a educação da visão pela determinação do visível” (Ibidem, p. 75), Gomes afirma que a visibilidade vai propiciar o desempenho da mídia no papel fundamental de disciplinar e controlar. De acordo com a autora, ao mostrar, as mídias disciplinam: “É em relação à disciplina que se diz que se não passou pelas mídias não há poder de reivindicação; é em relação a controle que se diz que se não passou pelas mídias não existe.” (Ibidem, p. 77). A autora ainda utiliza as palavras de Deleuze e Guattari para ressaltar o papel da mídia como difusora de palavra de ordem:

Os jornais, as notícias, procedem por redundância, pelo fato de nos dizerem o que é ‘necessário’ pensar, reter, esperar, etc. A linguagem não é informativa nem comunicativa, não é a comunicação de informação, mas – o que é bastante diferente – transmissão de palavras de ordem, seja de um enunciado a outro, seja no interior de cada enunciado, uma vez que o enunciado realiza um ato e que o ato se realiza no enunciado. (DELEUZE e GUATTARI *apud* GOMES, 2003, p. 65)

Nesse sentido, cabe ainda observar que a mídia, além de ser difusora de palavras de ordem, serve como dispositivo disciplinar, posto que

(...) embora haja distinções entre a noção de *palavra de ordem* explorada por Deleuze e aquela de *dispositivo disciplinar* delineada por Foucault, uma vez que a primeira é dada como coextensiva à linguagem e a segunda é dada na dimensão de um discurso específico, há um grande parentesco entre ambas. (GOMES, 2003, p. 56)

Já que a mídia e o jornalismo mantêm a escala de valores, regulamentam a vida desejada, como se fossem regras de condutas e modelo de comportamento de uma sociedade, pode-se dizer que ambos exercem função na modelização social. No início do século XX, as notícias propagavam a ideia de que bom era ser moderno, aderir ao novo estilo de vida, incorporar os signos de uma sociedade modernizada.

Segundo Gomes (2003), um sujeito – seja este um profissional do jornalismo ou qualquer outro – para refletir a respeito das condições sociais “é preciso considerá-lo como passível de um exercício de razão enquanto pode tomar a si suas ações e as da comunidade como objeto de seu pensar” (GOMES, 2003, p. 34). Para refletir sobre as condições sociais de sua época e, sobretudo, relatar as contradições do processo de modernização, João do Rio utilizou pseudônimos para se repartir em mais de dez, cada um com uma peculiaridade, seja ela marcada pelo repórter andarilho, pelo perambulador de ruelas ou dândi dos salões. A ampla convivência social e a peculiaridade de suas narrativas marcam a irreverência do escritor, o que o faz ser pioneiro na vivência do jornalismo *in loco*:

João do Rio, que estava longe de escrever como Machado, que não chega aos pés do Bruxo como romancista, é mais útil ao jornalismo, porque nos legou algumas inestimáveis lições: foi ele quem praticamente “inventou” a entrevista, a enquete, a reportagem de campo. Foi ele quem ensinou que lugar de repórter é na rua, que o jornalista tem de frequentar “a alma encantadora das ruas”. João do Rio foi o primeiro jornalista a subir os morros do Rio, a entrar nos presídios, a fuçar os antros de ópio, as fumeries, a revelar as religiões, a se interessar, enfim, pelo outro lado de uma cidade já partida. (VENTURA, 2001, p. 45)

As atividades descritas por Ventura, isto é, a vivência jornalística legítima João do Rio a produzir uma narrativa que dê conta de todas as facetas daquele momento de modernização. Se para Ricoeur (1997) narrar é tentar compreender, pode-se dizer que, na tentativa de compreensão, o escritor oferece textos que desejam imprimir sentido à arena problemática que foi a referida época.

Paulo Barreto deixa seus escritos para a história ao narrar as variáveis do momento de profundas transformações, desterritorializações e reterritorializações³. Seja como Joe em *Cinematographo*; como José Antônio José em *Ontem, hoje e amanhã*; como Claude em *Crítica Literária* ou até mesmo como João do Rio, o mais usado por ele, seu discurso descreveu e tornou visível toda pluralidade presente no Rio de Janeiro naquele momento.

O escritor travestido de repórter

Antonio Candido considera que, embora o revolucionário profissional seja uma das figuras mais originais e características da era moderna, é também interessante o tipo oposto, “do homem sem qualquer compromisso com a revolução (...) e no entanto em algum período ou apenas em algum instante da vida fez alguma coisa por ela: uma palavra, um

³ Ver a esse respeito DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol 2. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

ato, um artigo, uma contribuição, uma assinatura, o auxílio a um perseguido” (CANDIDO, 1980, p. 77). O autor aponta que esses fatos ocasionais, isto é, essas atividades temporárias resultam em um total imenso de força e denomina esse homem de “radical de ocasião”. Tal expressão remete à figura do repórter, que toma temporariamente posição frente aos problemas imediatos da sociedade.

João do Rio busca, de certa forma, equacionar o desafio da realidade socioeconômica, político-social e cultural do Brasil dos primeiros anos da República, no processo da inserção compulsória do país na expansão do capitalismo internacional. Em diversos momentos de sua produção, o escritor - em contraste com a crônica mundana dos “encantadores” da elite social - incorpora o radical de ocasião e traz para cena os escombros da *belle époque*, a “obscena”⁴ (GOMES, 1996, p. 31).

Arte e política de Paulo Barreto condicionada pela ideologia do progresso e contraditoriamente pela vida cotidiana da “canalha”, excluída desse processo, tinha como veículo a colaboração nos jornais em que desempenhava o papel de jornalista. A atividade de homem de imprensa, assim, buscava atingir o real, pagando tributo ao referencial próprio do campo jornalístico. Neste cenário político, o artista se travestia de repórter, às vezes um “radical de ocasião”, que se multiplicava nos disfarces dos pseudônimos com os quais ia assumindo múltiplas facetas de sua atuação de intelectual midiático. Ao analisar alguns textos da coluna *Cinematographo*, publicada na edição dominical da *Gazeta de Notícias* (1907- 1910), bem como outras produções de Paulo Barreto, observamos o viés jornalístico do escritor.

Publicada nas edições dominicais da *Gazeta de Notícias*, a coluna *Cinematographo* ocupava a primeira página do jornal, em que eram abordadas diversas questões. Na maioria das vezes, em uma só edição havia uma miscelânea de assuntos. Em cada crônica, um tema distinto. Em cada coluna, várias crônicas e, por consequência, diferentes temas. O escritor fazia de *Cinematographo* uma espécie de revisão da semana, ou melhor, uma revista da semana, fato que pode ser observado pela própria divisão da coluna em dias. A bem da verdade, observa-se um texto que se coloca à disposição dos acontecimentos, uma espécie de crônica-reportagem que passa em revista os principais fatos da semana.

Em 16 de outubro de 1910, Paulo Barreto inicia uma das crônicas de *Cinematographo* contando, em detalhes, o sonho que teve na noite anterior. Estava em 1930, quando recebeu o telegrama de um deputado, convidando-o para jantar. Como a

⁴ Cena e obscena foram definições criadas para representar os dois lados da cidade partida. A cidade da tradição popular não poderia fazer parte da cena moderna, deveria estar fora de cena – fora da cidade moderna e civilizada –, isto é, obscena.

correspondência chegou depois da data do evento, o cronista resolve agradecer o convite pessoalmente. Assim que chega à casa do parlamentar, nota o excesso de luxo e de regalia. Desse modo, começa, então, a expor sua crítica à recente concessão de aumento salarial para a classe, que atinge seu ponto máximo no seguinte diálogo:

- Lembras-te que há dez anos os deputados e os senadores brasileiros eram os que mais ganhavam no parlamento universal. Pois bem. Um belo dia, acharam pouco e pediram mais.
- Deram?
- Se eram eles que davam!
- (...)
- Você está brincando!
- E não chega.
- Mas é espantoso!
- Enfim, meu amigo, as exigências foram crescendo a tal ponto que se criou um imposto por andar na rua: um tostão diário sobre cada transeunte, mesmo os mendigos – intitulado o “imposto dos pais da pátria”. A situação é esta. Sobre cada coisa, o deputado arranca a parte do leão. (16 de outubro de 1910)

O exagero de Paulo Barreto ao relatar os benefícios dos deputados oferece ao texto um tom de comicidade. Mesmo reconhecendo o excesso, é inegável o fato de muitas mordomias descritas na crônica serem verídicas, haja vista a motivação do escritor para denunciar essa dinâmica da vida política.

No dia 23 de abril de 1909, chama a atenção o texto sobre política e organizações partidárias. Para colocar seu ponto de vista, utiliza ironia ao escrever que os homens das organizações fazem tudo “em nome dos princípios” e, no fundo, não atendem o objetivo do bem comum. Para ele, é uma frase “vazia de sentido, vazia de amor pátrio, vazia principalmente de convicção” (23 de abril 1909). Percebe-se, a partir do texto, que os políticos se escondiam atrás de discursos vazios; no caso, “em nome dos princípios”. Joe denuncia a falta de um posicionamento político coerente com as atitudes e toca na ausência de caráter dos homens do poder. No mesmo sentido, comenta a crise política por meio da figura do senador Machado. O cronista destaca que o povo está cansado dos velhos políticos – os denominados “tropolha de oligarcas” – que nada fazem em prol da população e prefere, então, apostar no novo (06 de junho de 1909).

A dicotomia existe entre bairros da Zona Sul e da Zona Norte e subúrbio é tema recorrente na coluna *Cinematographo*. Em 15 de setembro de 1907, por exemplo, Paulo Barreto retrata essa diferença ao narrar sua ida ao Encantado:

Oh! amáveis criaturas que acordais em Botafogo e tendes todos os confortos suaves da Cidade! Não podeis calcular nunca o horror de um homem acostumado à luz elétrica, aos *trainways* elétricos, às máquinas elétricas, em passeio pelo Subúrbio!

A floresta feroz só é realmente feroz nas proximidades da Cidade que a venceu. É um ódio covarde de vencida, um ódio danado. Quem se aventura, do campo inimigo não pode escapar. Eu escapei; mas como?

Escapei para cair no leito, exausto como se tivesse atravessado um trecho inédito do mundo.

E, no entanto, eu estive apenas no Encantado; sim, meus senhores, no Encantado, um estação de subúrbio que tem um nome ridente, suave, alegre, um nome que pede até “pic-nics”.

Mas, ó mortais, não vos abalanceis, em caso nenhum da vida, a ir ao Encantado, sem fazer testamento antes e pôr os negócios em dia. Naquele horror de estradas esburacadas, abrindo sorvedoiros a cada passo, naquela desolação em que o sol dardeja inclemências bíblicas, espera-vos, pelo menos, a desagradável figura do iminente Desastre! (15 de setembro de 1907)

É fato que o subúrbio e a Zona Norte ficaram sem as benesses da modernização e vemos isso no relato acima. No entanto, vale ainda observar que, mesmo em lugares contemplados pelo processo de urbanização, havia problemas. Prova disso é o alagamento em regiões do Centro, como a Avenida Central e a rua da Assembleia, relatado em 18 de abril de 1909: “E sabeis o que é uma chuva no Rio atual? É muito pior que no Rio antigo. As ruas são imensamente largas, os altos prédios já não têm telhas portuguesas fazendo abrigo, a água parece mais copiosa”.

A péssima condição de trabalho da época é motivo de indignação para o repórter. No dia 12 de janeiro de 1908, denuncia o caso dos estivadores a partir de um diálogo que estabelece com um trabalhador da classe. O homem faz uma visita ao jornalista e ressalta sua importância na luta por melhores condições para a categoria: “V. S. tem opinião. Foi o primeiro que falou nos jornais da nossa desgraçada vida, foi o primeiro que pintou a existência e o nosso trabalho nas gazetas” (12 de janeiro de 1908). Em seguida, o cronista expõe seu parecer sobre a realidade dos trabalhadores:

Eu vira o labor dos carregadores de estiva, transformados durante dez horas em máquinas, em instrumentos de uma terrível engrenagem, suando, arfando, correndo em tábuas frágeis, sob ferros ameaçadores de morte; vira, à noite, na treva do mar, agarrando-se ao casco dos navios ou enterrados em montes de minério, adolescentes e anciãos, com as mãos rebentadas a dessorar um viscoso líquido amarelo — sujos e sem ideias sob a iluminação macabra de vagos archotes; vira, na orgia do vício e da crença que é do Rio, a orgia esmagadora do trabalho, donde nascem as energias econômicas do país e onde estalam as energias de um turbilhão de homens (Ibidem)

A questão também aparece em crônica publicada no dia 23 de maio do ano seguinte. No texto, Joe coloca que os homens fracos e humildes compõem a “engrenagem da

máquina fabulosa de carne e de osso” e a sociedade, egoísta, não se sensibiliza com as precárias condições de trabalho da classe que, de tão ruins, ocasionam a morte.

Os escritos de Paulo Barreto comprovam a existência da exploração de mão de obra infantil na época. Em 29 de setembro de 1907, coloca:

Não há decerto exploração mais dolorosa que a das crianças. Nesta cidade, a criança é um utensílio fácil para toda a sorte de coisas pouco sérias como o trabalho grátis nas companhias, espoliadas por [...] infames até a miséria esmoladora. É da miséria esmoladora que a chefia de polícia pretende iniciar o seu inquérito, é aí que abundam os casos atrozes. Nada mais pavoroso que esse meio em que há adolescentes de dezoito anos e pirralhos de três, garotos amarelos de um lastro de idade e moçoilas pobres sujeitas a todas as passividades. Viver algumas horas em contato com essas crianças, desventrar-lhe os segredos, é pasmar. Os pequenos são lançados no ofício torpe pelos pais ou por criaturas indignas, e crescem com o vício, adaptando a curvilínea e acovardada alma da mendicidade malandra. (29 de setembro de 1907)

Joe se comove com a situação dos menores que nasceram e cresceram à margem, fadados a uma vida de exploração, miséria e, às vezes, ligada ao crime e à prostituição. Para o escritor, eram necessários projetos que oferecessem a essas crianças e adolescentes um caminho diferente. É sabido que a solução para uma sociedade mais democrática, com oportunidades iguais para todos, é pautada na educação. Já naquela época, Paulo Barreto estava convicto da necessidade da reforma no sistema de ensino. Ele comenta sobre a importância do novo projeto para melhora na educação do carioca, que não saiu do papel, pois foi adiado por Affonso Penna devido à possibilidade de aumento das despesas com as novas contratações.

O ponto de vista de hoje permite ver com mais nitidez a produção de João do Rio, que olhava criticamente a realidade política da classe dominante da sociedade brasileira. Por outro lado, exaltava a ideologia do progresso e, paradoxalmente, apontava para as consequências desastrosas da vida vertiginosa do mundo moderno que ia esvaziando as marcas do humanismo e dava lugar ao predomínio da máquina e da velocidade, como se vê no texto “Um dia de um homem de 1920”, escrito em 1910. O viés jornalístico de Paulo Barreto é notado nos textos que abordam os impasses de uma modernização excludente. Se analisarmos as produções de João do Rio, perceberemos que esse traço costura toda a obra e vai se intensificando.

Já em 1903, na coluna “A cidade”, publicada na *Gazeta de Notícias*, vemos textos que evidenciam os problemas do Rio de Janeiro, como a demora da construção do edifício da Maternidade, na Lapa, a falta de policiamento após às 19h e a escassez de água. Em A

alma encantadora das ruas (1908), por exemplo, marcam presença as mazelas da sociedade e o senso de justiça do escritor em, para citar algumas crônicas, “A fome negra” e “Os trabalhadores de estiva”. A característica segue em *Nos tempo de Venceslau* (1917) até a culminação na coluna “Bilhete”, no jornal *A Pátria* (outubro/1920 a junho/1921), quando a atividade política de Paulo Barreto ganha corpo e se encerra com o seu falecimento. Vale ainda salientar os escritos sobre a Conferência de Paz, logo após a Primeira Guerra Mundial, em 1919. Foram aproximadamente 80 reportagens que tentavam dar conta do “mundo após a Guerra”, para citar o título escolhido pelo escritor-jornalista.

Não se pode negar a aproximação de João do Rio com a *belle époque* carioca. No entanto, também é notória, em suas narrativas disfóricas, a consciência dos critérios de noticiabilidade. A partir desta, o cronista relata as tensões e contradições da sociedade da época, que vivenciou uma modernização excludente. Ao se colocar como o radical de ocasião, revela a ideologia prática de homem de jornal, que tem aguda consciência de trabalhar em prol da sociedade e do papel da imprensa. Se, por um lado, adere à euforia da modernização e do progresso, atraído pelo mundo da técnica, dos aparatos modernos, a exemplo do *cinematographo* e do automóvel que aqui chegavam, por outro escreve contranarrativas disfóricas sobre os excluídos de uma nova ordem atrelada ao fluxo do capital internacional.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2006.

AZEVEDO, André Nunes de. **A reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração urbana**. Revista Rio de Janeiro. Vol. 1, n. 10. mai/ago 2003. Ed. UERJ/LPP.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BROCA, Brito. **A vida literária no Brasil 1900**. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio: Academia Brasileira de Letras, 2004.

CANDIDO, Antonio. _____. Radicais de ocasião. **Teresina etc**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 83-94.

FIGUEIREDO, Vera Lúcia Follain de. Roteiro, literatura e mercado editorial: o escritor multimídia. **Revista Cibercultura**. Endereço eletrônico: <www.uff.br/cibercultura>. Acesso em 15 jun. 2015.

GOMES, Mayra R. **Jornalismo e Ciências da Linguagem**. São Paulo: Harcker/Edusp, 2000.

_____. **Poder no Jornalismo**: Discorrer, Disciplinar, Controlar. São Paulo: Harcker/Edusp, 2003.

GOMES, Renato Cordeiro. **Todas as cidades, a cidade**: literatura e experiência urbana. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque tropical**: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia das Letras, 1993

NEVES, Margarida de Souza. Brasil, acertai vossos ponteiros. In: **Brasil, acertai vossos ponteiros**. Rio de Janeiro: Museu da Astronomia e Ciências Afins, 1991.

RAMA, Angel. **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 23.

RAMOS, Julio. **Desencontros da modernidade na América Latina**: literatura e política no século 19. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

RESENDE, Beatriz. **Cronistas do Rio**. Rio de Janeiro: José Olympio: CCBB, 1995.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Campinas: Papyrus, 1997.

RIO, João do. **Cinematographo**: crônicas cariocas. Porto: Chardron de Lello & Irmão, 1909.

SEVCENKO, Nicolau. A inserção compulsória do Brasil na Belle Époque. In: _____ (org). **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

VENTURA, Zuenir. Jornalismo e Literatura: alianças e diálogos. In: AZEREDO, José Carlos de. (org.) **Letras & Comunicação**: uma parceria no ensino de língua portuguesa. Petrópolis: Vozes, 2001.

Periódico

JOE. Cinematographo. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, 1907-1910. Semanal.